

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO DO DIÁLOGO COMO VALOR DE CONVIVÊNCIA

Juliane Leandro Faresin*

[...] ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora. Ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelam a um passado de exploração e de rotina.” (Paulo Freire)

Resumo: O presente artigo visa analisar e refletir sobre a importância da inserção do tema “Diálogo como Valor de Convivência” na formação de professores, uma preparação para que, posteriormente, seja trabalhado em sala de aula. Com os novos desafios da oferta educativa, os conhecimentos que os docentes utilizam em seus planejamentos e desenvolvimentos práticos devem estar alinhados com o ensino de valores. A formação de professores deve abranger o ensino do diálogo como valor de convivência, pois este é um tema que reflete na vida em sociedade, fora dos muros escolares. A escola por ser um ambiente de formação, de ensinamentos tem por obrigação preparar seus alunos para a convivência humana. Para que o professor esteja preparado para trabalhar a educação em valores, sua formação inicial deve estar alicerçada também neste princípio. Assim, trata-se de uma questão fundamental para que a escola, enquanto mediadora do conhecimento, através de seus professores, priorize este ensinamento através dos conteúdos desenvolvidos. Com isso, na formação de professores se faz necessário trabalhar o diálogo como valor de convivência de forma valorizada e positiva para que os mesmos insiram esta questão em seus planejamentos e conteúdos.

Palavras-chave: Formação de professores. Diálogo. Ensino.

* Graduação em Letras – Português, Espanhol e Respectivas Literaturas; Especialista em Gramática e Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil; Especialista em Ciências da Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, Brasil; Mestranda em Educação pela Universidad de La Empresa, Montevideu, Uruguai; Especialização em Gestão Escolar: Supervisão e Orientação Educacional pelo Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil; E-mail do autor: juliane.fa@terra.com.br; Orientador: Charlie Palomo.

Introdução

A formação de professores para atuar no ambiente escolar, passou a ser um assunto de políticas sociais, uma vez que deixou de ser apenas voltada para o ensino de conteúdos e passou a fazer parte da educação em conjunto com as famílias.

Esta realidade tem feito com que os currículos estejam em constante transformação e, assim, a formação dos professores têm se ajustado com o princípio da universalização e direcionamento para formar cidadãos críticos e reflexivos.

Este texto tem o interesse de oferecer e demonstrar a importância de incluir o diálogo como valor de convivência na formação de professores para que estes possam incluí-lo na sua atuação posterior em sala de aula. A preparação formativa de professores para atuar na educação básica, revela-se estratégica para as diferentes concepções e propostas que embasam. Porém, toda essa nova visão de ensino e aprendizagem só é possível pelo entendimento ofertado através do diálogo.

A presença do diálogo no debate e nas decisões só fortalece e confirma a importância do mesmo ter lugar de destaque no currículo tanto da formação de professores quanto depois em suas atuações. Novoa nos diz que:

La formación no se construye por acumulación (de cursos, de conocimientos o de técnicas) sino a través de um trabajo de reflexión crítica sobre las prácticas y de (re)construcción permanente de identidad personal. Por eso es important dar sentido a la persona y ofrecer um estatuto de saber a la experiencia (NOVOA, 1992).

Assim, através desta reflexão, os professores estão sendo formados para atuar enquanto profissionais mediadores do conhecimento e da troca para com seus alunos.

Nesta preparação, é evidente a importância que todas as disciplinas possuem para a formação dos professores, mas dar um destaque para o diálogo como valor de convivência é imprescindível para um desempenho mais eficaz na prática.

Não há dúvida que os professores têm o direito a uma formação inicial e continuada e que este direito está articulado a uma educação cuja qualidade não pode ficar restrita a algumas escolas, mas que deve ser abrangente e expansiva à sociedade de modo geral. Esta formação não pode fugir de seu compromisso básico com a docência, pois seu processo formativo está atrelado à produção intelectual qualificada para cada área.

A escola, entre os diferentes ambientes, hoje, é a instituição escolhida tanto pelo Estado quanto pela família como o lugar para o ensino e aprendizagem de valores, cumprindo,

assim, o seu verdadeiro papel de desenvolver plenamente o educando, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê que para o Ensino Fundamental: “III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”, logo este ensino deve estar presente no desenvolvimento dos conteúdos.

Assim, através dos professores e da delimitação dos conteúdos programáticos, cabe à escola a missão de ensinar o diálogo como valor de convivência inserindo um espaço reservado para este ensino através de uma metodologia específica para tal conteúdo. O mesmo, não deve ser privilegiado apenas para aquele momento, mas para ser utilizado na vida de um modo geral.

A educação em valores, que se desenvolve na família, através da convivência humana, no ambiente escolar, em manifestações culturais, movimentos e organizações sociais, é uma questão fundamental da sociedade, imersa numa rede complexa de situações e fenômenos que exige, a cada dia, intervenções sistemáticas dos professores.

Desse modo, os cursos de formação de professores devem incluir em seus currículos o diálogo como valor de convivência para que os mesmos já estejam preparados para disseminá-lo em suas atividades de rotina nos ambientes escolares, pois o desenvolvimento de um trabalho sério e alinhado perpassa pelo domínio do professor que se propõe a fazer e trabalhar os conhecimentos de forma ética, desenvolvendo competências científicas e habilidades concomitantes a este trabalho.

1 Formação de professores

A formação de professores está atrelada a uma série de fatores que não só direcionam a formação intelectual do educando, mas também sua formação moral e psíquica. Dentre essa situação, temos que levar em consideração que as mudanças de valores e crenças pessoais e culturais nos direcionam para uma nova visão de mundo, em que a valorização do ser humano passa a ser a essência da vida.

Neste sentido, destaca-se a importância da formação de professores em nível de Educação Superior, que apesar das críticas e crises enfrentadas, ainda é uma das instituições sociais mais respeitadas na formação de profissionais que formarão cidadãos.

As instituições educativas formais são um local de internalizar ideias, valores e atitudes, além de transmitir o saber. Aqui se inclui o diálogo como valor de convivência, este deve fazer parte dos ensinamentos formativos para que, posteriormente, seja agregado na formação dos alunos contribuindo, assim, para a manutenção ou transformação do *status quo*.

O ambiente educativo é um local de desenvolvimento da consciência moral do aluno, de formação para a cidadania. Esta ideia é concatenada com o que dizem diferentes teóricos (Kant, Durkheim, Foucault e outros), afinal o aluno, para viver em sociedade, precisa ser treinado e educado para este fim.

Os professores são ensinados nas Universidades sobre conteúdos, planejamentos, leis, são direcionados a construírem estes conhecimentos para que, posteriormente, também façam isto. Essa educação não se dá só na escola, nem só nas universidades, mas em diversas instituições sociais. Porém, o ambiente educativo foi legitimado pela sociedade como o local de transmissão de saberes e valores socialmente relevantes, cabendo à escola, por intermédio dos seus professores e gestores, desenvolver a consciência moral dos alunos.

Aqui entra a universidade que trabalha com a formação de professores e torna-se o local reconhecido como uma instituição que tem a responsabilidade de difundir o conhecimento e gerar novos saberes pautados em princípios de verdade, justiça, igualdade, compartilhando-os à sociedade.

Esta formação tem por objetivo preparar os professores para que os mesmos contribuam de forma educativa na formação de alunos intelectualmente e socialmente ativos, buscando viver e conviver em sociedade, desempenhando de forma consciente seu papel enquanto cidadãos.

A instituição universitária pode ter como conceito, segundo Jasper (apud SANTOS, 2005, p.188), como um “lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria”, ligando-se ao redor da mesma os seus componentes com o único objetivo de procurar, incondicionalmente, a verdade, que direciona os seus objetivos:

porque a verdade só é acessível a quem a procura sistematicamente, a investigação é o principal objetivo da universidade; porque o âmbito da verdade é bem maior que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a universidade ensina e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral (JASPERS apud SANTOS, 2005, p.188).

Com isso, definimos as três finalidades das universidades: a transmissão da cultura; o ensino das profissões; e, a investigação científica. No que concerne à investigação, a mesma é a busca pelo verdadeiro, o avanço do conhecimento e da ciência. Neste quesito, considera-se e fundamenta-se a importância da universidade, pois é neste ambiente que há o contexto ideal para o despertar dos valores essenciais à formação do caráter humano.

Na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 2004) de 1988, a educação vem definida para nortear o trabalho pedagógico, como direito subjetivo de todos e garante o acesso ao ensino obrigatório e gratuito para todos nas escolas públicas e, ao mesmo tempo, incumbe à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Os preceitos constitucionais possibilitaram a organização de um sistema de ensino nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica. Entretanto, não se trata apenas de universalizar a educação básica, mas também tem sido adotada, pelo Estado brasileiro, uma política de expansão e democratização do ensino superior (SAVIANI, 1998).

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96) apontou a direção para o que diz na Constituição. A Lei de Diretrizes e Bases estabelece que:

Art. 1º- A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2006).

A partir da leitura destes dois artigos, podemos nos referir que a educação ganha uma dimensão integral viabilizando o desenvolvimento humano, a partir da educação escolar. Em concomitância a esta ideia, a universidade contemporânea abrange a dimensão moral da formação humana destacando a escola como local privilegiado para o desenvolvimento desta tarefa, pois, apesar de termos uma formação cada vez mais especializada, construindo um ensino que forme tanto professores e, posteriormente, que estes transmitam os conhecimentos aos seus alunos, estes ensinamentos devem buscar o desenvolvimento integral, interligando as dimensões epistemológicas, éticas e estéticas. Assim, é tarefa da educação preparar o aluno não apenas para a sociedade do presente, “mas criar um referencial de valores e de meios para

compreender e atuar em sociedades que dificilmente imaginamos como serão” (DELORS, 1998).

A educação é uma prática social que está associada ao desenvolvimento integral do aluno. Nesse contexto, o professor assume um papel fundamental de mediador, pois mediante os alunos deve proporcionar a aquisição de valores que constituirão a consciência moral, fazendo com que o aluno pense, reflita, interaja, exercite-se na resolução de situações-chave.

A Lei de Diretrizes e Bases nos diz sobre a formação de professores que:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência (BRASIL, 2007b, p. 3).

Com isso, é possível afirmar que a formação de professores constitui-se numa prática através da qual são desenvolvidas as capacidades humanas. Faz-se necessário criar condições que disseminem a aprendizagem referente às diversas áreas do conhecimento, preparando os professores para que, os mesmos, participem ativamente da sociedade e sejam mediadores na busca e construção do conhecimento.

Os currículos dos cursos de formação de professores precisam contemplar que valores e regras são transmitidos através das relações interpessoais entre os diversos atores da escola. A relação professor/aluno pressupõe diálogo e respeito, pois o ato de ensinar nos remete ao risco de aceitação ou rejeição.

Assim, também o ato de mudar faz com que reflitamos criticamente sobre a prática docente e nos coloquemos como alunos. Ensinar é isto, precisamos refletir e repensar a nossa prática, para podermos dar continuidade e acertar, mudar o processo de formação de professores.

Educar para a cultura do diálogo como valor de convivência desde os cursos de formação de professores até a atuação como docentes. Freire afirma que “uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se” (FREIRE, 1996, p. 46).

A formação de professores tem de estar atrelada a conteúdos que preparem para a atuação com os alunos transmitindo-lhes os conhecimentos necessários não só para o período escolar, mas posteriormente.

Considerações finais

A formação de professores deve estar de acordo com a concepção de educação que se quer na sociedade atual, promover o diálogo como valor de convivência dará subsídios para que tanto professor quanto aluno sejam sujeitos atuantes no processo de elaboração do conhecimento. Nesta troca, não há lugar para o ser passivo ou submisso. O aluno é um ser que busca o conhecimento, que questiona, instiga.

Educar é emancipar o ser humano e formar o cidadão. Ligada a esta concepção de educação encontra-se a conscientização moral, desenvolvida sob a responsabilidade da escola.

Em função do reconhecimento da responsabilidade atribuída à escola no que concerne à formação do aluno dialógico, bem como da complexidade do tema diálogo como valor de convivência, torna-se primordial contemplar tal aprendizado no processo de formação de professores, já que é o principal responsável por mediar o desenvolvimento do tema valores e, ainda, agregar para a conscientização moral dos alunos.

O professor tem o papel de mediador no processo de formação moral e dialógica dos alunos dada a sua supremacia técnica e cultural, por isso a importância e o destaque para que a formação de professores seja de qualidade.

O processo de ensino e aprendizagem de um conhecimento já existente possibilita a reflexão em torno do mesmo e permite a reconstrução de forma a produzir um novo conhecimento, aprender com outro olhar. Essa também é uma das tarefas do professor que deve ser preparado e treinado para este fim. Ensinar exige pensar corretamente, refletir, relacionar, contextualizar, compreender e criticar. Estes atos são ensinamentos e aprendizados ao mesmo tempo e constituem a racionalização das ações.

Em uma visão bem atualizada, a formação de professores se encontra como questão-chave e tem por necessidade que o professor desempenhe uma atividade profissional interligando teoria e prática. Segundo Libâneo:

A profissão de professor combina sistematicamente elementos teóricos com situações práticas reais. É difícil pensar na possibilidade de educar fora de uma situação concreta e de uma realidade definida. Por essa razão, a ênfase na prática como atividade formativa é um dos aspectos centrais a ser considerado, com consequências decisivas para a formação profissional (LIBÂNEO, s/d, p.230).

Frente a estas discussões, o profissional da área educacional abrange singularidades que o difere dos demais profissionais, ou seja, não basta apenas carregar um certificado acadêmico, é preciso dedicação, de grau que não se alcança apenas pelo simples querer-ser, mas que só é atingido quando há compromisso deste profissional consigo mesmo, sob uma ação baseada na ética e no compromisso de crescer tanto no plano profissional quanto pessoal, ambos caminham juntos.

Assim, elaborar e reelaborar o conhecimento torna os envolvidos no processo educativo críticos e, ao mesmo tempo, pesquisadores. Pesquisar nada mais é do que o princípio educativo, pois é através da pesquisa, da busca que os conhecimentos vão tomando forma e exatidão. O professor não é o único detentor do saber, ensinar exige respeito para com o saber dos alunos e, isso consolida o compromisso da escola e dos professores para com os mesmos.

Com isto, a formação de professores deve ser coerente com a proposta pedagógica das escolas e tem de trazer os conteúdos necessários para a posterior formação dos alunos. Ensinar vai muito além da elaboração de um conceito; educar é formar cidadãos que saibam expor seus pensamentos e conhecimentos, por este motivo a formação de professores deve contemplar e sistematizar um modelo que instigue com esta finalidade.

Referências

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 Jun. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). 22. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NOVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Educação Contemporânea).

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <http://www.portaldajuventude.rn.gov.br/downloads/livros/1006EDUCA%C3%87%C3%83O_UM_TESOIRO_A_DESCOBRIR.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Alternativa, 2001.